

CUT: ainda é pouco para pacto

Embora seja uma reivindicação antiga dos sindicalistas, o anúncio feito pelo presidente Sarney de que o Brasil deixará de pagar os juros da dívida externa não foi considerado suficiente pela Central Única dos Trabalhadores — CUT — para que se volte a falar em pacto social. Se o governo estivesse decidido a fazer o pacto, dizem os sindicalistas, o presidente Sarney já teria respondido ao telex da CUT, onde foram propostos 19 itens básicos para o pacto social.

Com relação ao anúncio feito pelo governo de que foram suspensos os pagamentos da dívida, Jair Meneguelli, presidente da CUT, disse que Sarney não conseguiu com seu discurso, convencer os membros da CUT de que a medida "não passa de um empurrão com a barriga". Na análise do presidente da entidade, que considera pacto social no Brasil uma discussão em que se trata apenas do tamanho da corda que servirá para enforcar a classe trabalhadora, Sarney não teve a coragem de dizer abertamente à população que o País está "inadimplente", e veio com a história de "defender os interesses nacionais".

Deixando de lado a retórica do governo, a central reafirma suas posições: a dívida antes de mais nada é ilegítima e impagável. "Não a fizemos e nem podemos pagar, seja em dólares, seja com recessão e desemprego." Ao contrário disso, ressalta Meneguelli, "a negociação, em que fala o presidente da República é aplicar, na prática, a política do FMI". De acordo com Meneguelli ao invés de declarar que o Plano Cruzado não deu certo, porque gerou a mais alta inflação da história do País, o governo acena com medidas que certamente trarão mais recessão, arrocho salarial, fome e desemprego, consequências diretas dos cortes nos gastos públicos e o fim dos subsídios a alguns produtos básicos da mesa do povo.

Sobre a dívida, as posições da CGT se aproximam das defendidas pela CUT. Segundo Ricardo Baldilo, secretário da CGT, "o governo peca quando não explica claramente onde serão aplicados os dólares que ficarão no Brasil nos próximos meses". A CGT propõe que estes dólares sirvam para melhorar o nível de vida da população, e não que sejam canalizados para a classe empresarial, "que já ganhou muito dinheiro nestes anos", completa.

Os membros da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores decidiram, após reunião feita pelo telefone, ontem, que a central fará um pronunciamento detalhado sobre a conjuntura econômica atual e sobre a atitude do governo, nesta segunda-feira, às 15 horas, na sede da entidade.

Para Cebrap, os contratos violam normas

"A análise dos contratos que instrumentam a dívida externa revela que muitos deles são ilícitos, por infringirem princípios e normas consagrados pelo Direito Internacional e pelos ordenamentos jurídicos internos, não só dos países devedores, mas, também, dos próprios países credores. Constitui violação flagrante de princípios básicos de Direito a inserção nos contratos de cláusulas que permitam a alteração do valor das obrigações, pela vontade unilateral de um dos contratantes, como ocorre com a cobrança de taxas de juros variáveis, que são fixadas pela parte credora."

O texto acima, ao contrário do que pode parecer à primeira vista, não faz parte de nenhum panfleto oposicionista (na verdade, o próprio PMDB, ao sair da oposição, abandonou esse discurso). Ele está inserido em um documento elaborado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), pela Associação Brasileira de Juristas Democratas (ABJD) e pela Association Internationale de Juristes Democrates (AIJD), após uma conferência internacional sobre a dívida externa dos países em desenvolvimento, realizada em dezembro passado, em São Paulo.

O documento permanecia inédito, mas com a decisão tomada esta semana pelo governo brasileiro, suspendendo o pagamento dos juros da dívida externa e diante da possibilidade de retaliações por parte dos credores, é praticamente inevitável que o assunto volte à ordem do dia, e despenque na Constituinte, já nesse início de trabalhos.

O documento elaborado pelo Cebrap e pelos juristas parte da constatação de que a origem e o elevado crescimento da dívida externa resultam, substancialmente, da relação de dependência que há entre as economias dos países afetados e os centros financeiros internacionais.

Uma parcela importante da dívida está relacionada com a dinâmica do sistema financeiro internacional, que opera, desde 1971, "sem a mínima regulamentação", enquanto o FMI, por sua vez, "atua mais junto aos interesses dos países credores, distanciando-se dos princípios para os quais foi criado e impondo condições antijurídicas e lesivas à soberania nacional dos países devedores".